

TRT13 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020

MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA VT PATOS (05/04/2017)

Missão: Promover uma prestação jurisdicional célere e eficaz.

Visão: SER UMA INSTITUIÇÃO DE REFERÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E ADMINISTRATIVA.



OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) INSTITUCIONAL(IS)	2 – EFETIVAR AS DECISÕES JUDICIAIS
INDICADOR(ES)	Tempo médio de duração do processo (TMDP) / 2014 = Conhecimento: 82 dias; e Execução: 396 dias.
METAS	Reduzir em 12% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento e de execução da VT, até 2020. 2015 = 2%; 2016 = 4%; 2017 = 6%; 2018 = 8%; 2019 = 10%; 2020 = 12%.
AÇÕES E INICIATIVAS / PRAZO	<p>FASE DE CONHECIMENTO:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Promover orientação aos advogados e alunos graduandos para que as petições tragam todas as informações exigidas para facilitar a autuação da ação (CPF, RG, CEP, PIS/PASEP, CNPJ, telefone, etc.), realizando visitas à vara em formato de aula, palestras, etc – Prática permanente;2. Firmar convênio com as Faculdades de Direito dentro da jurisdição, com o intuito de implementar uma Sala de Conciliação Permanente, envolvendo a colaboração dos alunos das referidas instituições; – Até dezembro/2017;3. Convidar as Faculdades de Medicina e Fisioterapia para tratar de parceria a ser firmada com o TRT13 sobre a realização de perícias médicas – Até junho de 2019.4. Dotar a sala de audiência de dois servidores para agilizar a pauta e otimizar as diligências decorrentes – Prática Permanente5. Descentralizar o acompanhamento das pendências através da ferramenta Hórus – Prática Permanente6. Reaproveitar as datas de audiências remarçadas – Prática Permanente7. Reserva dos quatro primeiros horários de pauta para processos sumaríssimos – Prática Permanente8. Autuação de Cartas Precatórias na vara deprecada da 13ª Região – Prática permanente <p>FASE DE EXECUÇÃO:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Intensificar e insistir no uso dos sistemas on line disponíveis (em busca de bens que possam garantir a execução – BACEN, RENAJUD, INFOJUD, CCS, SIEL, SIARCO, etc.) – Prática permanente;2. Estudar a aplicação das orientações do CNJ quanto à Baixa de Processos na Execução – Até Junho/20173. Levantamento dos processos aptos ao envio para a Central de Efetividade – Até Agosto/20174. Descentralizar o acompanhamento das pendências através da ferramenta Hórus – Prática Permanente